

Brasil pode abater dívida em US\$ 18 bilhões

Miriam Leitão

NOVA IORQUE — Pelas projeções feitas por um banqueiro americano que participa do comitê de negociação dos bancos credores, o Brasil pode ter um abatimento no valor total da sua dívida de US\$ 18 bilhões de dólares até o ano de 1993 se o acordo com os bancos der certo. Essa redução da dívida será o resultado de conversão formal e informal e dos *exit bonds*. Como consequência dessa redução do estoque da dívida o país deixará de pagar nesse período algo em torno de US\$ 5 bilhões de juros sobre essa dívida.

Essas projeções otimistas são comprovadas pelo banqueiro com números e gráficos preparados pela sua equipe. Só este ano o Brasil contabilizará uma diminuição da dívida de US\$ 2 bilhões a US\$ 3 bilhões. No período de 1988 (inclusive) a 1993 haverá no Brasil, em conversão através de leilões nas Bolsas de Valores (pela resolução 1460), algo próximo a US\$ 9 bilhões. A conversão informal feita fora do controle do Banco Central deve chegar a US\$ 6 bilhões. E em *exit bonds* serão convertidos US\$ 5 bilhões. “Está havendo grande aceitação dos *exit bonds*”, garante o banqueiro. Desse total do “potencial de redução da dívida brasileira”, como é denominada a projeção preparada pelo banco, deve ser subtraído o “dinheiro novo” de US\$ 5,2 bilhões que o país recebe em forma de refinanciamento, que significa mais dívida.

Hora da adesão — Nas semanas que antecederam a data-limite para aderir o acordo com o Brasil (recebendo além dos juros e do *spread* uma comissão extra de 3/8 a título de incentivo à adesão) os bancos discutiram intensamente os termos do acordo com o Brasil. No Citibank na sexta-feira assessores diretos do *chairman* do comitê da dívida, William Rhodes, se preparavam para um prolongado serão num esforço para conseguir apoio. Há mais dois prazos fatais: 2 de setembro, até o qual o Brasil paga uma taxa um pouco menor, e 31 de outubro, quando se deverá completar o acordo.

Nesta semana de discussões os banqueiros mantinham uma atitude dúbia: elogiavam o acordo mas anunciavam que estavam esperando um pouco mais para ver o movimento dos outros bancos. “Meu sentimento é que é um pacote suficientemente bom para atrair a maioria dos jogadores”, disse Paul McGonagle, vice-presidente senior e chefe da Country Risk Management First National Bank of Chicago a quem o Brasil deve US\$ 700 milhões. Mesmo achando que o acordo era “melhor do que esperava” o vice-presidente do Chicago preferia ter cautela antes de tomar uma decisão definitiva sobre a atitude a tomar pelo banco.

Mais reticente ainda é James Thornblade, economista senior do Banco de Boston. “Estamos analisando mas temos uma dúvida. Por que um país com um saldo tão grande como o Brasil pode precisar de dinheiro novo”, pergunta.

Na Costa Oeste a mesma dúvida consome um alto executivo de um banco credor do Brasil. Se agora tiver que dar novos créditos de US\$ 10 milhões vou ter que colocar mais US\$ 5 milhões automaticamente de reservas”, contabiliza o banqueiro.

A mesma conta é feita por um banqueiro do Meio-Oeste. “Não estamos com nenhum apetite de aumentar a *exposure* no Brasil”, diz, revelando que em relação a toda a América Latina essa é a atitude do banco. Este ano o banco já reduziu, no total da dívida de países da região, US\$ 500 milhões.

Esta atitude dos bancos, principalmente dos bancos com *exposure* menor, está criando um problema técnico agora na formalização do acordo. É que os bancos que aderirem vão participar com 11,4% do total da dívida em 31 de março do ano passado. “Depois desta data já vendi muita dívida brasileira”, diz um banqueiro da Costa Oeste. Explicando que nesse caso vai querer uma revisão do critério a que se chegou da negociação do Brasil.

País certo — Em Nova Iorque um executivo de um importante banco credor do Brasil está otimista. Acha que o acordo está sendo bem recebido, inclusive pelos bancos regionais porque oferece uma variedade de opções. Ele está particularmente entusiasmado com os *exit bonds* — bônus de 25 anos que substituem dívidas, garantidos pela correção da OTN e com juros reais de 6% ao ano. “Quando eu apresentei o plano aqui no banco me perguntaram se poderíamos obter mais *exit bonds*, disse o executivo.

Os *exit bonds* são limitados em US\$ 15 milhões para cada banco credor e podem ser convertidos em ações, pela 1460, ou em conversão para exportação. Ao contrário do plano da Argentina de *exit bonds* que não teve resultado, este banqueiro está convencido de que o do Brasil vai dar certo. “A Argentina era simplesmente o país errado”, diz o banqueiro, que tem grande confiança no Brasil. “Os brasileiros são mais ágeis que os argentinos, têm menos limitações políticas que os mexicanos e o setor privado é mais criativo”, diz. Há duas outras vantagens nos bônus brasileiros. Eles podem ser trocados e não são destinados apenas aos bancos pequenos.

Problemas à vista — Mesmo os mais entusiasmados dos banqueiros temem o problema brasileiro da inflação. Enquanto alguns admitem que o país pode estar indo para uma hiperinflação, um executivo de Nova Iorque acha que mais do que nunca o governo precisa controlar o seu déficit e tem todos os argumentos técnicos para provar que este é um momento perigoso.

O acordo da dívida gera óbvias pressões sobre a base monetária, diz o executivo. Isso porque a redução da dívida vai significar mais emissão de moeda e em consequência do saldo comercial, nas operações de conversão em ações e da conversão informal e talvez também pelo *relending* dependendo da maneira como for feita. A única forma de conter essas pressões altamente explosivas do ponto de vista inflacionário é o país ser rigoroso no controle do déficit público.

E o banqueiro dá outro conselho ao Brasil. Ele acha que o Banco Central, se quer mesmo controlar a liquidez, precisa ter mais informações sobre as operações de conversão informal que estão sendo feitas no país. Na opinião desse executivo, a conversão dos “bicicleteiros”, o pessoal interessado em remeter ao exterior via paralelo do dólar, representa uma parte pequena da conversão. A grande parte é feita pelos grandes bancos credores e os compradores são os bancos brasileiros. “É um bom negócio”, diz alertando, no entanto, que o BC precisa controlar mais essas operações.

